

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1: A Formação Histórica da Amazônia e do Pará como Territórios Colonizados	7
1.1 Brasil colonial e imperial: desenvolvimento e desigualdade regional ...	7
1.2 Autonomia dos estados e política regional na república velha	16
1.3 Federalismo cooperativo na era Vargas de 1930 a 1945: semente que não germinou.....	20
Capítulo 2: A Constitucionalização do Direito ao Desenvolvimento: desde 1946 a 1988.....	23
2.1 Estado desenvolvimentista, o reconhecimento da desigualdade e a constitucionalização da questão regional no período de 1945 a 1964.....	23
2.2 O federalismo de integração, a ideologia da modernização e a política da interdependência dos governos militares.....	28
2.3 A Constituição de 1988 e o direito ao desenvolvimento	31
2.4 Crescimento e desenvolvimento: conceitos de uma ideologia.....	35
2.5 Políticas públicas de desenvolvimento de combate à desigualdade regional depois da constituição de 1988.....	38
2.5.1 Período de 1995 a 2002 e o endividamento estadual posterior...	40
2.5.2 A Lei Kandir: um instrumento de desigualdade inconstitucional...	44
2.5.3 Políticas sociais, vinculação de receitas e carga tributária sem compartilhamento	47
2.5.4 Os dilemas das políticas de combate à desigualdade e de desenvolvimento	49

2.6 O anacronismo da guerra fiscal	53
2.7 Relações de troca desiguais.....	57
Capítulo 3: O Paradigma do “Federalismo à Brasileira”	61
3.1 O federalismo brasileiro: golpe militar e ausência de cultura democrática	61
3.2 A república que não foi reivindicada pelo povo e o federalismo desnecessário à república.....	69
Capítulo 4: Federalismo na América.....	77
4.1 Considerações iniciais a respeito do federalismo norte-americano ...	77
4.2 A formação das colônias inglesas e os seus valores	83
4.3 A organização política das colônias na América do Norte.....	90
4.3.1 Tradição de autonomia local.....	91
4.3.2 Cultura democrática: administração pública descentralizada ..	93
4.3.3 Igualdade de condições	95
4.4 Açúcar, selo, chá: as “sementes” da independência dos EUA.....	97
Capítulo 5: Confederação, Constituição e a Invenção do Federalismo.....	105
5.1 Os artigos da confederação e a Constituição de 1787	105
5.2 República e democracia: federalistas e antifederalistas	110
5.3 Divisão horizontal e vertical de poder: freios e contrapesos	116
5.4 Federalismo dual e o judicial review	122
5.5 Federalismo cooperativo. Concentração de poderes e prestígio dos estados.....	131
5.6 O federalismo paradoxal e os estatutos de preempção	135
5.7 O federalismo contemporâneo nos EUA: Obama e Trump	140

Capítulo 6: Competências Federativas: a Antiefetividade da Constituição e a Colonização Interna.....	149
6.1 Duas questões preliminares: colonialismo interno e função constitucional	149
6.2 Constitucionalização simbólica do direito ao igual desenvolvimento	153
6.3 Inefetividade e antiefetividade da norma constitucional em matéria de desenvolvimento	160
6.3.1 Artigo 20 da CF/1988 – os bens da União.....	160
6.4 Outros problemas conexos à propriedade dos potenciais de energia hidráulica e dos recursos do subsolo	171
6.5 Antecipando conclusões.....	174
6.6 Participação nos resultados ou compensação financeira pela exploração mineral?.....	175
6.7 Os valores desproporcionais da CFEM e da CFUFR em comparação com os royalties do petróleo: relações desiguais Norte-Sul	179
6.7.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	180
6.7.2 Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos - CFRUH	180
6.7.3 Royalties do petróleo	180
6.8 A Lei nº 12.734/2012 e a ADI 4.917: conflito federativo, omissão e subordinação.....	182
6.8.1 A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.917	184
6.8.2 Considerações sobre a decisão do STF na ADI 4.917	187

6.8.3 A omissão da Amazônia no debate em torno da ADI 4.917 no STF.....	190
6.9 A banalização da desigualdade regional	192
6.10 Colonialismo interno e supressão do poder de tributar dos estados exportadores de matérias-primas: a ADO 25 rompeu a apatia?	196
6.11 Meio ambiente e repartição de competências: antiefetividade da norma constitucional e da legislação infraconstitucional	203
6.12 A repartição de competências federativas como farsa	205
6.13 A Lei Complementar nº 140 e o licenciamento ambiental: os estados sem vez e sem voz	210
Conclusões	219
Referências	227
Apêndice A – Uma Contribuição da Pesquisa: Proposições ao Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará.....	245